



235(469.12)(042  
)







A  
A C Ç Ã O  
A S S I S T E N C I A L  
D A  
R A I N H A  
D O N A  
L E O N O R  
E  
O  
H O S P I T A L  
D E  
B A R C E L O S

C

= Conferência proferida no  
HOSPITAL DISTRITAL DE BARCELOS  
em Março de 1973 -





A  
A C Ç Ã O  
A S S I S T E N C I A L  
D A  
R A I N H A  
D O N A  
L E O N O R  
E  
O  
H O S P I T A L  
D E  
B A R C E L O S

⌈

⌋

= Conferência proferida no  
HOSPITAL DISTRITAL DE BARCELOS  
em Março de 1973 -



## A ACCÇÃO ASSISTENCIAL DA RAINHA DONA LEONOR

### EO HOSPITAL DE BARCELLOS

Exmo. Senhor Governador Civil do Distrito de  
Braga:

Exmo. e Rev. mo Senhor Arcebispo Primaz:

Exmo. Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Barcellos:

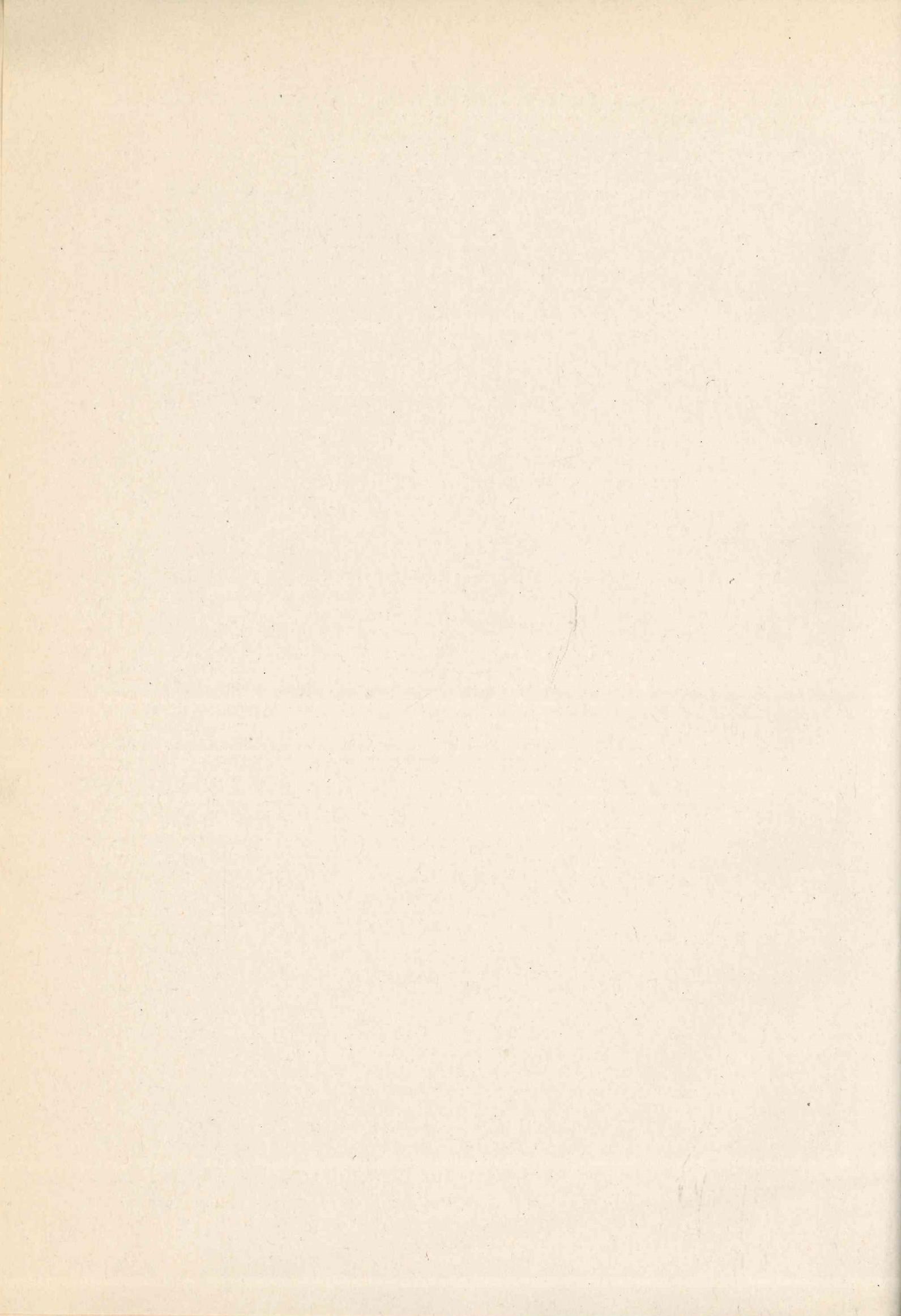
Exmas Autoridades:

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Amavelmente convidado a falar nesta sessão, especialmente dedicada a comemorar o "Dia da Misericórdia", desejo desde já, e muito sinceramente, agradecer à Mesa da Santa Casa de Barcellos na pessoa do seu ilustre Provedor Sr. Dr. José Gualberto Sá Carneiro, figura prestigiosa de barcelense, a distinção do convite. Agradeço-lhe outra coisa: agradeço-lhe a oportunidade que me deu de me reunir aos meus queridos conterrâneos para uma cerimónia que será sobretudo gratamente evocativa: evocativa da acção da Rainha Dona Leonor na vida portuguesa, particularmente no campo da assistência nacional; evocativa do brilhante passado do Hospital de Barcellos; evocativa ainda da vida e da acção de dois distintos homens da nossa Terra, que assinalados, longos e relevantes serviços prestaram precisamente a esta Santa Casa como seus clínicos homenagem simples mas profundamente significativa que, na verdade não podia deixar de render-se a quem durante largos anos, dedicadamente, abnegadamente, se votou ao serviço de um estabelecimento hospitalar que foi dos primeiros a criarem-se no país, segundo rezam as páginas da História Pátria.

"Dia da Misericórdia" é o dia de boje. Pois falemos, então, de misericórdia. Já na Antiguidade Clássica, o filósofo grego Aristóteles louvava a piiedade aos homens, e Cícero afirmava que a miseri-córdia era a mais admirável das virtudes de César. Seguramente porque o homem teve sempre necessidade do amparo e do apoio do homem material ou moral, também já nas velhas civilizações - egípcia hebraica, chinesa e hindú - existia o conceito de miseri-córdia, - o conceito que todavia, nunca se elevou tanto como em Cristo. Para um conhecimento mais completo e mais consciente de tal conceito torna-se absolutamente necessário ler os Evangelhos, as Epístolas de S. Paulo e os escritos de Santos e doutores da Igreja, como S. Jerónimo, Santo Ambrósio e Santo Agostinho. S. Tomás de Aquino fez uma análise exhaustiva do sentimento de miseri-córdia, acabando por acentuar que "a misericórdia é toda a religião cristã quanto às obras exteriores". Essas obras encontram-se todas definidas e exemplificadas nos Evangelhos e são as Obras de Misericórdia que se pretendem pôr em prática através dos estabelecimentos de assistência fundados no decurso dos séculos.

Data da antiguidade pre-cristã a existência de associações de indivíduos - membros de determinadas profissões ou pessoas pertencentes a diversos misteres - que tinham o encargo ou o dever de se auxiliarem mutuamente quando surgissem desastres, doenças, fomes, incêndios, naufrágios, guerras, pleitos e até falsas acusações. Eram as guilds nórdicas (a palavra inglesa guilds significa corporação, grémio), os collagia de Roma, que se ocupavam de enterrar os consócios, as confrarias do deserto do Egipto.



A semelhança destas associações, organizaram-se em toda a Cristandade confrarias, irmandades ou confraternidades, - umas essencialmente de socorros mútuos, outras em que os irmãos não recebiam quaisquer benefícios de ordem material, limitando-se a auxiliar e proteger os que eram necessitados. Confrarias desse género apareceram em numerosos países cristãos: França, Itália, Alemanha, Austria, Hungria, Inglaterra, Bélgica, Espanha, Portugal. O célebre Cid - Cid, el Campeador - fundou em Espanha uma Hermandad de la Caridad. S. Francisco criou a Ordem Terceira, autêntica confraria universal, com que o grande Santo deu extraordinário impulso a tais instituições.

Em Portugal existiram confrarias de Caridade logo desde a época da fundação da nacionalidade: no Porto, em Guimarães, em Coimbra e noutras localidades. A Rainha Santa favoreceu largamente as confrarias do Espírito Santo, e, em Beja, os Homens Bons deram origem a uma de socorros mútuos. Em Lisboa, quando reinava D. Sancho II, o Almirante Nuno Fernandes Comoginho e sua mulher D. Margarida Albernaz instituíram, no claustro da Sé, a Capela de Nossa Senhora da Piedade e, nela, uma confraria, que se obrigava a cuidar dos mortos, visitar e socorrer os enfermos e encarcerados, e acompanhar os condenados que tinham de padecer pelos seus crimes. Nos fins do séc. XV - época em que vive a Rainha Dona Leonor, mulher de D. João II - havia perfeita noção do conceito cristão de misericórdia, pois já no século anterior, em 1314, uma Confraria da Caridade tivera esse nome: foi a "Santa Misericórdia de Rocamador", assim designada pela Rainha Santa Isabel no seu testamento.

Além disso, não se desconhece que na biblioteca de D. Afonso V, tio de Dona Leonor, entre as obras de Aristóteles, os Evangelhos e a Vida de Cristo, muitas havia que tratavam das Confrarias de Caridade existentes em diversos países, e que D. Duarte, seu avô, no Leal Conselheiro, escreveu precisamente sobre a Caridade. É possível que a leitura dessas obras tivesse exercido funda influência no espírito e no coração da caridosa Rainha, que, além de culta, era sinceramente devota, e a predispusesse a tomar uma iniciativa que veio a ter a mais larga e a mais benéfica repercussão no País e em todo o mundo Português. Essa iniciativa foi a de dar nova vida à velha Confraria de Nossa Senhora da Piedade da Sé de Lisboa, despertando dedicações, incentivando esforços e chegando mesmo a estabelecer-lhe um novo Compromisso, que é como quem diz um novo Regulamento.

Mas havia mais uma séria razão de carácter social a influir na decisão de Dona Leonor, aliás nela consciente e entusiasticamente acompanhada por seu marido, o Príncipe Perfeito. Era grande a miséria de Lisboa, ao contrário do que poderia supor-se. Pedia-se por toda a parte, mendigava-se por toda a parte, os pobres enxameavam a cidade e os doentes, os orfãos e os desamparados eram em número avarandê. Donde provinham tanta pedintaria e tanta necessidade? Das epidemias frequentes, dos terremotos, das guerras de África, das expedições marítimas, Viúvas, orfãos, estropiados, enfermos, aleijados, não tinham conta, eram em número sempre crescente, e esse foi um dos motivos que levaram D. João II a fundar o amplo e moderno Hospital de Todos os Santos, ao Rossio (no sítio onde estava ainda há poucos anos a Praça da Figueira), cujas obras foram por si iniciadas e concluídas pelo seu sucessor, D. Manuel I.

Vinha, pois, em boa hora, a Misericórdia de Lisboa, - a mais notável das muitas obras de Dona Leonor de Lencastre, pela profunda influência que teve na vida da Nação, e no desenvolvimento das nossas instituições de beneficência. Afirma-se que um frade trino espanhol, natural de Valência ou de Segóvia, mas residente em Lisboa, Frei Miguel Contreiras, teria sido o inspirador da obra como confessor que era da Rainha. Se não o foi, não deixou de ser, contudo, seu prestantissimo colaborador, pois desempenhou-se destas duas importantes tarefas; redigiu os estatutos da Misericórdia, isto é, o seu Compromisso, e foi o seu primeiro Provedor.



3

A nova Irmandade tinha por missão realizar as catorze Obras de Misericórdia corporais e espirituais, expressas nos Evangelhos. Porém - caso curioso! -, além de assistir aos doentes, enterrar os mortos, visitar os encarcerados, consolar os padecentes, ela foi ampliando os seus piedosos e humaníssimos objectivos, e, pouco a pouco chegou a pôr em prática uma finalidade de auxílio mútuo: estabeleceu uma secção de crédito agrícola para adiantar capital aos pequenos cultivadores.

Não deixa de ser curioso relembrar algumas das disposições dos capítulos do Compromisso da Santa Confraria da Misericórdia de Lisboa a qual reorganizou e revitalizou a velha Confraria de Nossa Senhora da Piedade. Quero referir-me apenas à sua orgânica interna e, principalmente, às pessoas dos seus serviços que eram recrutadas, ou melhor, eleitas anualmente dentro de cem irmãos que a constituíam. Segundo, pois, o Compromisso, o Provedor tinha de ser exemplar em tudo: "homem honrado, de autoridades, virtuoso, de boa fama, e muito humilde e paciente". Era ajudado por doze "conselheiros" ou "oficiais", devendo metade ser "oficiais mecânicos" e a outra metade de "melhor condição". O Provedor presidia ao conselho dos oficiais que se reunia todos os domingos e todas as quartas-feiras. Era ele quem distribuía os cargos, conforme entendia. "Mas em assuntos de despesa não podia fazer sem o consenso do conselho dos doze, ou, pelo menos, da sua maioria". Devia fazer uma "visitação", uma vez por mês, à cadeia, aos hospitais e aos pobres envergonhados para verificar se os protegidos da Misericórdia eram visitados e contemplados como convinha pelos oficiais encarregados desse serviço. Nessa visita era acompanhado pela escrivão.

Aos conselheiros eram distribuídos os cargos de escrivão, mordomo da capela, visitantes de hospitais e das casas onde houvesse doentes pobres, das cadeias, de arrecadadores de esmolas, rendas, forros etc. Além dos conselheiros havia irmãos pedidores de pão e mordomos que cuidavam da remissão de cativos, de compras e pagamentos diversos. Tinham ainda a Confraria médico e capelães, uma campanha para chamar os irmãos e uma bandeira ou painel onde se via a imagem de Nossa Senhora de Misericórdia pintada nos dois lados.

Enfim, a Confraria socorreria com dinheiro, alimentos e remédios aos enfermos pobres nos hospitais e nas casas particulares; sustentaria presos e pobres envergonhados; organizaria peditórios; assistiria aos padecentes, "recolhendo os corpos dos esquartejados e as ossadas dos enforcados e dos que por justiça morriam queimados"; obteria indultos para os presos e reconciliaria os desavindos. Tudo isto se estatuiu no célebre Compromisso e tudo isso foi realipado largamente, escrupulosamente, pela Irmandade da Misericórdia lisboense, inaugurada em 15 de Agosto de 1498, com a devida solenidade na mesma Capela do claustro da Sé, estando presentes Dona Leonor, então Regente do Reino que por se encontrar ausente, em Castela, D. Manuel, e o arcebispo de Lisboa, D. Martinho da Costa, irmão do Cardeal Alpedrinha. Quando D. Manuel regressou de Espanha, aonde fora para ser Jurado herdeiro de Castela, aprovou a fundação da Confraria e pediu ao Papa Alexandre VI uma bula confirmatória, que foi concedida. Fez mais: prosperando a Confraria e multiplicando-se os seus serviços de assistência, a pequena capela do claustro da Sé tornou-se excessivamente pequena para o "movimento de recolha e distribuição de donativos", e D. Manuel determinou então que se construísse junto da Ribeira do Tejo um grandioso edifício com igreja para nele se instalar a Misericórdia, que, de facto, aí se instalou em 1534. A mudança asinalou-se com a mais deslumbrante festa que houve no tempo de D. João III, sobrinho de Dona Leonor. O terramoto de 1755, porém, destruiu o sumptuoso edifício, dele ficando apenas a porta lateral e a capela do Santíssimo que foram aproveitadas para a construção da igreja vulgarmente denominada da Conceição Velha.

O exemplo da Misericórdia de Lisboa propagou-se rapidamente a todo o país. Começaram também a ser reorganizadas as várias confrarias de caridade existentes, concentrando-se nelas, a pouco e pouco,



os bens e os privilégios dessas confrarias e os de hospitais, gafarias, albergarias e mercearias que existiam na área respectiva. Assim se obedecia à política da reforma da assistência em Portugal, iniciada por D. João II e Dona Leonor e prosseguida por D. Manuel - política que tinha por base a centralização dos serviços assistenciais, que se verificou primeiramente na capital, onde os seus 43 hospitais (de Lisboa e arredores) foram todos reunidos no grande Hospital de Todos-os-Santos, considerado então "o mais moderno da Europa". O mesmo veio a suceder em inúmeras cidades e vilas, entre os quais a nossa, cuja Misericórdia foi considerada das mais antigas do País pelo valor "das verbas despendidas ou pela variedade e perfeição das formas de assistência" que realizaram, enfileirando entre as de Lisboa, Porto, Braga, Vila Nova de Gaia, Setúbal, Santarém, Viseu, Évora, Ponta Delgada, Vila Real, Lamego, Nisa e Matosinhos.

Um número é eloquentíssimo para se compreender nitidamente o alcance, a oportunidade e a felicidade da Obra de Dona Leonor: à sua morte, em 1525, vinte e sete anos depois de criada a Misericórdia de Lisboa, já existiam no País 61 Misericórdias que pautavam pelo modelo da da capital. E o mesmo número foi crescendo nos séculos seguintes até atingir o de 371 proliferando pelas Ilhas Adjacentes e pelos domínios do Ultramar. Ceuta teve a sua, a de Goa foi fundada por Afonso de Albuquerque, as de Luanda e Macau surgiram no século XVII.

Houve, no tempo em que viveu Dona Leonor, completa consciência da importância social da sua obra e da sua urgente necessidade. Digno-lo Garcia de Resende, escrivão da puridade e cronista de D. João II nos saborosos versos da sua "Miscelânea", que é um atraente repertório metrificado dos acontecimentos notáveis da sua época:

"Vimos também ordenar  
a Misericórdia Santa,  
cousa tanto de louvar  
que não sei quem não se espanta  
de mais cedo não se achar:  
Socorre a encarcerados,  
e conforta os justicados,  
a pobres dá de comer,  
muitos ajuda a suster,  
os mortos são soterrados."

Em nota à margem, o cronista e poeta não quis deixar de esclarecer que a "Misericórdia Santa" foi ordenada pela "Rainha Dona Leonor".

Esta Rainha, minhas Senhoras e meus Senhores, não limitou a sua acção neste Mundo à obra que deixo superficialmente apontada e que, por si só, seria bastante para lhe dar lugar de relevo e honroso entre as destacadas figuras da nossa História. Dentro do campo da assistência, outro importantíssimo papel desempenhou, outra obra levou a cabo e não com menor felicidade do que a das Misericórdias. Foi a fundação do Hospital das Caldas, o primeiro, quer dizer, o mais antigo hospital termal do Mundo. Com ele e através dele, pôde a Rainha exercer a mais completa assistência, mais completa ainda do que a exercida pela Misericórdias. Agora, faria larga e específica assistência hospitalar e de uma albergaria que criara junto dele, e, até, assistência religiosa por intermédio da igreja de Nossa Senhora do Pópulo que mandara edificar com esse fim. Assistência total, como se vê.

Sabe-se que no remota Antiguidade, alguns séculos antes de Cris-



5  
to em países africanos e asiáticos, houvera hospícios albergues ou asilos, enfim casas de hospitalidade destinadas a doentes ou necessitados de amparo e protecção. O primeiro hospital cristão parece ter sido instituído por Santa Helena, mãe do imperador Constantino, em 350, seguindo-se-lhe outros fundados por S. Basílio, S. João Crisóstomo, S. Jerónimo, Santa Fabíola, e outros santos. Na maior parte dos conventos medievais, havia hospitais ou albergues, que se destinavam não só aos monges mas também aos viandantes, sãos ou doentes, que precisassem de abrigo ou tratamento. Através de toda a Idade Média a Europa encheu-se desses Hospitais.

Portugal teve-os igualmente, e desde a fundação da Nacionalidade, dessemeados por todo o território. A maioria deles destinava-se a agasalhar peregrinos, mas alguns tratavam doentes. Por volta do ano de 1500, existiam em Portugal 500 estabelecimentos hospitalares que tinham diversos nomes: hospitais, hospícios, albergarias, mercearias e gafarias, situando-se a maior parte deles na cidades onde estanciava a Corte e ao longo das estradas que levavam a Santiago de Compostela.

A administração dos hospitais medievais estava confiada a ordens religiosas ou a corporações de misteres, ao clero secular ou a leigos, mas certos abusos e desleixos de carácter administrativo e técnico fizeram que o Poder Real iniciasse uma política tendente à fusão dos hospitais pequenos em hospitais maiores, - o que não se fez sem algumas reacções. D. Afonso V, talvez aconselhado pelo Infante D. Pedro, foi quem deu início a tais diligências para a fusão dos hospitais de certas localidades, - diligências essas depois continuadas activamente por D. João II e D. Manuel I, como já deixei dito. Colaborando de maneira decisiva na grande obra, a Rainha Dona Leonor criou, em 1485, o Hospital Termal das Caldas, em bases inteiramente novas, e seguindo no seu funcionamento, - como aliás sucedeu no Hospital de Todos-os-Santos, de Lisboa -, a orientação dos mais notáveis hospitais da Europa, especialmente os italianos de Florença e Siena.

Mas como lhe brotou a ideia de levantar, naquele ermo lugar do termo de Óbidos, naquele maninho terreno de mató e tojo, um hospital que foi a sua obra mais original e possivelmente a mais grata? Não se sabe ao certo.

O Conde de Sabugosa que dedicou à memória da Rainha o mais desenvolvido e fundamentado trabalho que se escreveu até hoje, referem-nos baseado em dois cronistas, que "de uma vez em 1484, vindo a Rainha de Óbidos para a Batalha onde a esperava seu marido para a exéquias anuais de D. Afonso V, passando por aquele sítio, observou que alguns pobres se estavam banhando em poças de água e que esta saía da fonte lançando fumo. Perguntou aos da sua comitiva o que faziam ali aqueles pobres? Ao que eles responderam que eram doentes de "friaaldada", e que se aproveitavam de virtudes daquelas águas como remédio dos seus males". Ao que se diz, formou logo uma tenção de estabelecer ali um hospício. E assim teria nascido o Hospital das Caldas.

"Afirmam outros que por ter ficado mal disposta, "quase entrevida", depois que em Almeirim tivera um mau sucesso, fora por conselhos dos médicos tomar banhos naquelas águas. Para isso se fizera um tanque expressamente, ao qual, depois de curada se deu o nome de Banhos da Rainha."

"Ainda outros dizem, fundados na relação escrita por um antigo tabelião das Caldas, ser tradição que, saindo a Rainha Dona Leonor de Coimbra para a sua vida de Óbidos, muito enferma de um cancro, chegando áquela fonte se lavara e logo conseguiu saúde. Pelo que fez voto à Virgem Maria de edificar naquele sítio um hospital.

Não falam as crónicas nessa viagem da Rainha, nem na doença a que esta tradição se refere. Que não era a moléstia que tem hoje esse nome - é certo. Tanto mais que Dona Leonor viveu depois disso aproximadamente quarenta anos. Alguma ferida? Talvez; porque na terminologia médica da Idade Média, qualquer úlcera tomava esse nome".



6 - Fosse qual fosse o motivo, resolveu a Rainha consultar o físico-mor, Mestre António de Lucena, para obter uma informação acerca do valor terapêutico das águas daquela região. Mestre António que era seu médico, usando o método empírico que era empregado naquele tempo, serviu-se de três doentes que sofriam do mesmo mal, e "mergulhou cada um em sua nascente para assim observar qual fosse a melhor". A experiência fez compreender que um dos olhos da água (o que brota junto da actual igreja) era o mais eficiente, e aí mandou a Rainha construir "umas casas de banhos e uns aposentos para enfermos".

Como o sítio não fosse povoado e como se tornava necessário povoá-lo para que se cultivasse a terra e houvesse produtos e alimentos para os enfermos, Dona Leonor conseguiu que seu marido concedesse largos privilégios aos futuros moradores, isto é, a trinta cassais que quisessem viver nas Caldas.

Em 2 de Janeiro de 1488, foi lançada a primeira pedra do Hospital e dos edifícios para os moradores. A povoação prosperou rapidamente, as doações e privilégios choveram sobre ela e não tardou que a pequena aldeia passasse a ter a categoria de Vila com o nome de Caldas da Rainha, que conservou através dos tempos.

Para assegurar a manutenção do seu Hospital, fez-lhe Dona Leonor inúmeras doações, de rendas, direitos, foros, jugadas, reguengos, paúis, quintas, casais, vinhas, azenhas, olivais, moradias, chegando a vender as suas próprias jóias para acudir a uma crítica situação financeira porque ele passou, apelando então para a generosidade e munificência do seu irmão, o rei D. Manuel, que respondeu largamente ao apelo da irmã.

Assegurada a vida material do Hospital, era preciso quidar de lhe dar uma regra administrativa, um Regulamento. E surgiu o respectivo Compromisso, em que parece ter interferido o Cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, quanto à sua redacção, e em que "cada pessoa e cada coisa têm o seu capítulo próprio", supondo-se que os estatutos do famoso Hospital de Santa Maria Nova, de Florença, tenham servido de modelo, porquanto há semelhanças acentuadas entre os dois hospitais.

Estipulava-se no Compromisso que houvesse no Hospital das Caldas cem camas: sessenta para homens e quarenta para mulheres. A administração competia a um Provedor, "homem discreto e virtuoso - dizia-se nele - que com muita caridade cumpra e faça cumprir o Regime o qual será clerigo ou leigo mas nunca frade ou comendador, nem pessoa poderosa que passasse de cavaleiro para cima". Era de nomeação régia. Os seus poderes estendiam-se a toda a vida hospitalar, devendo superintender sobre todo o pessoal: administrativo, técnico e auxiliar. Especificavam-se os ordenados que todos os funcionários tinham a receber. A época termal havia geralmente abranger os meses que iam de 1 de Abril a 30 de Setembro, realizando-se no dia da abertura uma luzida festa na igreja de Nossa Senhora do Pópulo.

Ao dar entrada no Hospital, cada doente era identificado por um sistema semelhante ao das modernas fichas e obrigado a fazer testamento. Depois dava-se-lhe um banho de limpeza e vestia-se-lhe a roupa da casa, uma espécie de farda, como se usa nos hospitais de hoje. Antes de qualquer tratamento, o doente era observado por um médico. No caso de sofrer de doença contagiosa ou incurável, não era admitido. Acrescente-se que o Hospital tinha médico permanente, que as consultas eram obrigatórias, que havia visitas médicas diárias, que possuía farmácia própria, que a enfermagem se exercia metódicamente - e ter-se-á uma ideia do avanço, que em matéria de assistência, representou o estabelecimento termal fundado pelo caritativa, cristianíssima e inteligente Rainha.

Ela mesmo chegava a desempenhar o ofício de Provedora indo em pessoa, com os oficiais do Hospital e com a sua bengala, - feita segundo se dizia, das primeiras canas da Índia e oferecida por D. Manuel-, "receber os enfermos", fazer as visitas e assistir na copa



ao repartir dos seus comeres nas duas refeições do dia, considerando como os ministros operavam pontualmente nos seus officios e na administração dos bens com os seus pobres".

Algo de grandioso e de belo resultou dos esforços, sacrificios dispêncios de dinheiro e fazenda da mulher do Príncipe Perfeito, denominada, "Princesa Perfeitíssima" por um dos seus biógrafos, Fr. Jorge de S. Paulo. Garcia de Resende destaca na sua "singular pessoa" as "Grandes virtudes e bondades", a formosura e perfeita gentileza. Era "benquista de todos", - afirma o que bem se compeende pelos altos exemplos de amor ao próximo que deu em toda a sua vida, concedendo mercês a muitos, dando contínuas esmolos e fazendo "com grandes despesas suas a igreja, dormitórios, enfermarias e botica das Caldas de Óbidos, com todalas cousas em grande perfeição", e dando-lhes muita renda para sempre se sustentarem, "obra mui santa e de muita misericórdia com que muitos são curados da graça." Repare-se bem nestas últimas palavras de Resende: "curados de graça";

Não quiseram os pobres de Portugal permanecer indifferentes ou impassíveis perante tanta bondade e caridade e tomaram a comovente resolução de erguer uma estátua à Rainha Dona Leonor, junto do seu Hospital. Para o efeito, deram eles próprios as suas esmolos e, no ano de 1935, uma bela obra escultórica, saída das mãos do grande artista Francisco Franco, era inaugurada na jovem cidade das Caldas. Que lindo gesto o do nosso povo nesta admirável manifestação de gratidão!

Mas ainda no campo da assistência realizou outra obra Dona Leonor de Lencastre, sempre atenta às necessidades, misérias e carências do ser humano. Em Óbidos, em Torres Vedras e outras localidades, instituiu estabelecimentos de beneficência chamados mercearias, palavra que então continha um sentido muito diverso do que se lhe deu depois. Angelo Ribeiro, na "História de Portugal", edição de Barcelos, por Damião Peres, no seu desenvolvido estudo sobre Assistência, definiu com clareza a seu significado preciso, escrevendo: "As mercearias - instituição pia que já existia no século XIV - eram recolhimentos destinados a indivíduos de um e outro sexo, aos quais um legado ou doação de pessoa piedosa assegurava o sustento e abrigo, de modo que os merceeiros (ou merceeiras) só se ocupassem em rezar por alma do instituidor. D. Afonso IV, no seu testamento, fundou uma, que a rainha viúva D. Beatriz manteve. "Dona Leonor pretendeu, com as suas acudir "às necessidades de viúvas honradas e mulheres idosas que nunca casaram".

Belo destino e desta Princesa e Rainha - uma beleza loira, herdada das suas avós loiras (Dona Filifa de Lencastre era sua bisavó) que só viveu para a prática do Bem, para sentir e acudir às necessidades e misérias do seu povo, às quais se esforçou por atenuar ou fazer desaparecer através de uma actividade incessante e largamente frutuosa. A cidade de Beja, sua terra natal, assim o entendeu e quis homenagear a illustre Portuguesa, levantando-lhe uma estátua numa das suas praças. Tive o ensejo de, há dias, observar no Museu Soares dos Reis, do Porto, os esbocetos e a reprodução fotográfica, em tamanho natural, dessa estátua, da autaria do escritor Álvaro de Brée. Julgo que foi feliz o escultor na sua concepção estética. A Rainha é representada de pé, com a sua coroa real, cobrindo-a largo manto que as mãos e os braços afastam elegantemente, numa atitude acolhedora como desejando receber ou acarinhar os necessitados de amparo, numa pura atitude de piedade para com a humanidade sofredora. Viu-a bem o artista, porque foi essa, essencialmente, a sua atitude na vida, foi esse o papel que lhe coube desempenhar no Mundo. Outros ainda desempenhou, e notavelmente. Nos domínios das Artes e das Letras do seu tempo, na edificação de conventos, templos e palácios, no impulso que deu às Letras e à Imprensa, na protecção aberta e corajosa que dispensou ao maior condígrafo português, a Gil Vicente, - muita fez Dona Leonor de Lencastre que, apesar de majestade da sua pessoa e da alta estirpe do seu sangue, quis viver nos últimos anos como se fora simples monja franciscana e ser sepultada humilimamente, em campa rasa, no claustro do Convento da Madre



### Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Dona Carolina Michaélis, na sua obra "Notas Vicentinas", escreveu estas autorizadas palavras: "Dona Leonor fez, a favor da civilização e da humanidade, mais do que qualquer outra Rainha de Portugal, com excepção talvez da Rainha Santa". Foi, de facto enorme o surto da sua acção assistencial, com a coadjuvação que lhe deram D. João II e D. Manuel. No espaço e no tempo. Novas Misericórdias e novos Hospitais iam sendo criados no País e, à medida que Portugal expandia o seu domínio pelo Mundo, após os Descobrimientos, ia fazendo nascer por toda a parte, na África, Ásia e Braisl, hospitais, geralmente ligados a Misericórdias.

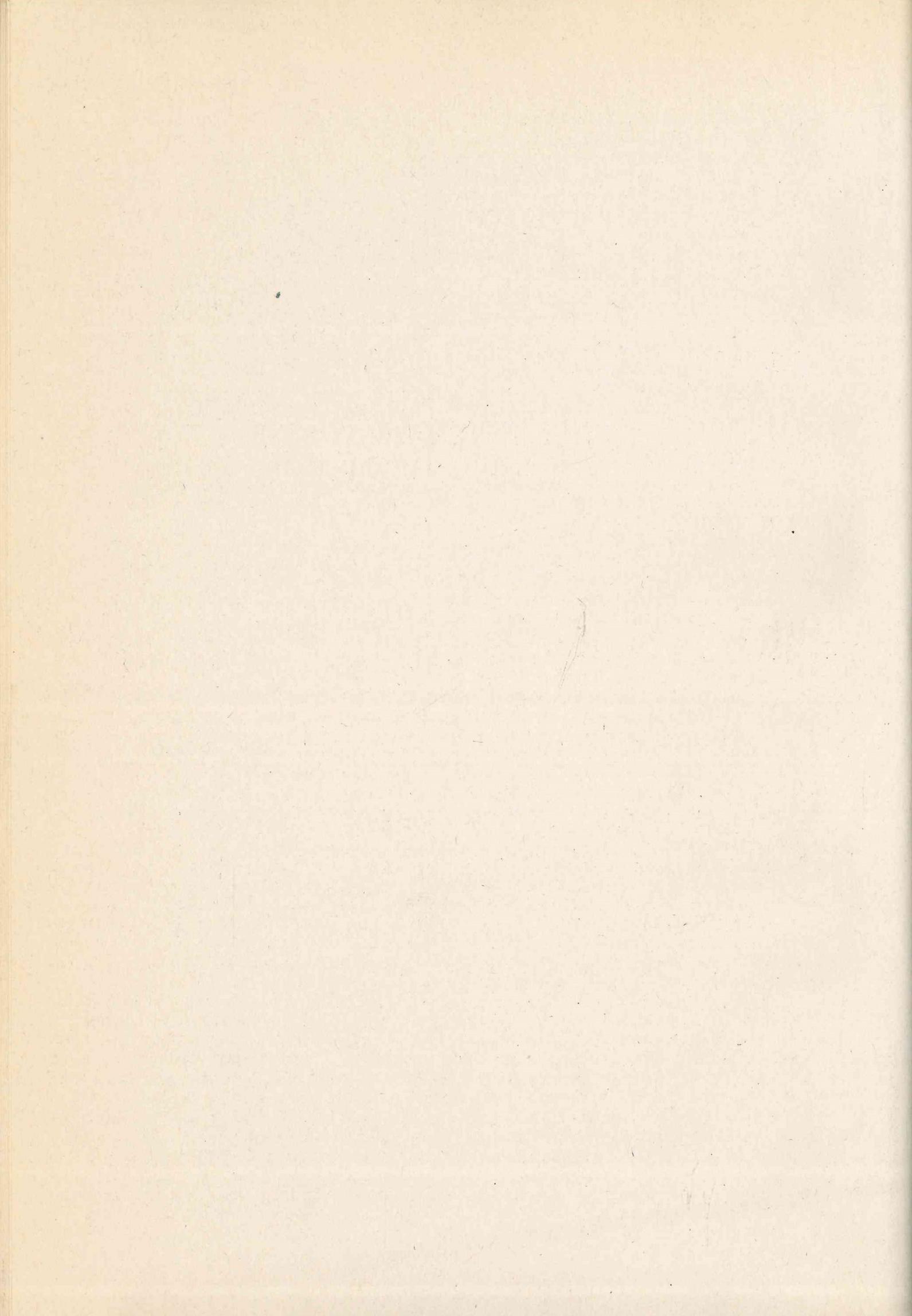
As nossas Misericórdias iam sido entregues os serviços hospitalares, a assistência aos expostos e a administração das gafarias. Um alvará de 1524 determinava que as confrarias das Misericórdias de Bragança e Guimarães tomassem o encargo da administração dos respectivos hospitais. A Misericórdia de Tomar passou a administrar a gafaria da localidade. A de Barcelos também tomou conta de respectiva gafaria em 1521. A nossa Misericórdia fora criada três anos antes, em 1518, pelo rei D. Manuel, cujo retrato se pode ver nas paredes desta Santa Casa, como homenagem ao seu fundador.

A gafaria barcelense, ou hospital dos lázaros, existia, desde remotíssimos tempos, em local fora da vila, junto da ermida desaparecida, a ermida de Santo André, no sítio chamado da Ordem, assim designado por nele haver prazos da Ordem de Malta. Encontra-se uma muito antiga referência à gafaria do testamento de Urraca Pêres, de 1177, em que há uma clausula a favor dos leprosos de Guimarães, Braga e Barcelos. Doença introduzida na Península pelos Godos, que a crouxeram do Oriente, recrudescendo com a invasão árabe do século VIII, a lepra foi mal endémico desde os princípios da Nacionalidade e levou séculos a desaparecer. O seu desaparecimento fez com que as gafarias fossem anexadas aos hospitais e assim aconteceu com a nossa.

O hospital de Barcelos já existia em 1356, há mais de seiscentos anos, portanto. Esteve, desde 1520, na rua chamada Santa Maria, junto dos antigos Paços do Concelho, e aí se manteve até que se transferiu com a sua Misericórdia, em 1836, para o convento que os frades capuchinhos da Franqueira construíram neste local, depois que os bens das Ordens religiosas passaram, com a vinda do Liberalismo, para a posse do Estado. É o edifício em que nos encontramos, ampliado, em 1890, com uma grande ala, a ala norte, onde ficou instalado o Asilo de Inválidos, oferecendo todo o imóvel uma das mais imponentes fachadas que se conhecem em edifícios similares portugueses. Foi recentemente dotado de moderníssimas instalações e de um pavilhão cirúrgico, - o que de certo modo conforta a nossa alma e o nosso orgulho de barcelenses dos graves e inúmeros ultrajes que o tempo operou em tectos, paredes e soalhos, que estão clamando desesperadamente ao coração da boa gente de Barcelos e às entidades oficiais remédio urgente e satisfatória compastura.

Casa de bem-fazer é esta, nela se praticando o bem diariamente, desde há séculos, com aquele espírito que animou a fundadora da Misericórdia de Lisboa, felizmente compeendido pelo Rei Venturoso que, prosseguindo a sua obra magnífica, não quis deixar de lhe dar continuidade progressiva e de atender às justas petições locais. Casa de bem-fazer e, por isso, Santa Casa, como o povo gosta de a denominar, usando uma expressão que me parece digna de emparelhar com a muito significativa expressão francesa Hôtel-Dieu, a Casa de Deus. Aqui, barcelenses e, até, não barcelenses têm realizado a mais bela obra humana que é possível realizar-se, uma obra que atinge o divino pelo que tem de constante e ardente caridade e fraternidade.

Lancemos rapidamente os olhos para o passado brilhante desta grande Casa de beneficiência, e recordemos os nomes dos que lhe



9  
deram algo de si, - da sua atenção, da sua consideração, do seu amor: D. Manuel I, fundador da nossa Misericórdia, que concedeu tais graças e privilégios ao Hospital que este tomou o seu nome; Duque de Bragança e de Barcelos D. Teodósio II, cujo retrato se vê também entre os seus benfeitores; D. João IV; D. João V e D. Jose, que muito contribuíram para a reedificação de quase todo o antigo Hospital D. Maria II que anuiu ao pedido de cedência do convento de S. Francisco para nele se instalar o actual estabelecimento; o Marechal Visconde de Leiria, um barcelense ilustre que muito fez para que se tornasse realidade aquela cedência.

Pela importância dos donativos generosamente oferecidos para obras ou conclusões de obras, lembrem-se os nomes dos beneméritos António Lopes Leal, Visconde de Soutelo, José Gonçalves Neiva e, sobretudo, o comendador Paulo Felisberto Peixoto da Fonseca, que largos anos mourejou no Brasil e fez tão importante doação de seus bens à Misericórdia de Barcelos que, por meio deles, se tornou possível levar ao cabo a novíssima instalação hospitalar a que já aludi, e para as despesas da qual também concorreram com avultadas quantias o Dr. Nuno Barroso e Horácio Barroso Baptista, igualmente nossos conterrâneos.

A galeria dos beneméritos é extensa e distinta. Citem-se mais alguns, que representarão os restantes: o notável linhagista Dr. Felgueiras Gaio, o comendador Mendanha Arriscado, o Dr. António Ferraz, médico, provedor e escritor, o Dr. Rodrigo Veloso, Conçalo Pereira, o Dr. Vieira Ramos, também Provedor, assim como o Dr. Teotónio da Fonseca, que foi um dos homens bons de Barcelos e seu historiador. E quantos mais?

Nesta teoria distintíssima de benfeitores e beneméritos vão, a partir de hoje, figurar os nomes prestigiosos de dois barcelenses ilustres: o Dr. Miguel Pereira da Silva Fonseca e o Dr. Francisco Rodrigues Torres, que foram durante largos anos médicos desta Santa Casa e seus directores clínicos. Ambos naturais de Barcelos e ambos do conhecimento pessoal dos seus conterrâneos, principalmente o segundo, que ainda felizmente vive, não será imprescindível que eu me demore longo tempo a falar-lhes das suas personalidades. Figuras marcantes no meio local, ambos adquiriram relevo social pela actividade que desempenharam neste ou naquele sector da vida pública.

O Dr. Miguel Fonseca, além de clínico, foi um devotadíssimo presidente do Município, tendo efectuado durante a sua presidência uma importante obra material, de que resultou sensível progresso para a sua e nossa terra. Era a delicadeza em pessoa, dotado de fino gosto estético, inteligente, culto e sobrepondo o seu sentimento de justiça às paixões políticas e partidárias que, na época do seu mandato, eram muito vivas. Pode dizer-se que presidiu ou esteve à frente de todas as associações e colectividades de Barcelos, honrando-as com o seu nome e o seu prestígio. A sua bondade e o seu interesse pelas instituições morais ou de beneficência demonstraram-se nos cargos directivos que ocupou no Asilo-Recolhimento do Menino de Deus, na Irmandade do Bom Jesus da Cruz e, como disse, na direcção clínica do Hospital, em que se manteve dedicadamente até ao seu falecimento.

O Dr. Francisco Torres foi, como se sabe, subdelegado de Saúde durante muitos anos, dirigente de várias associações locais e administrador do Concelho. A sua principal obra foi, no entanto, a que realizou no campo da Medicina, no qual se revelou uma verdadeira vocação. Formado em 1919, logo teve ocasião de manifestar as suas excepcionais qualidades de clínico, pois lavrando então no País e em vários países da Europa, após a Primeira Grande Guerra, aquela terrível epidemia que tantas e tantas vidas ceifou em curto lapso de tempo, - a pneumónica, também chamada, à italiana, influenza, - contra ela lutou abnegadamente o jovem clínico, não se poupando a esforços, canseiras e sacrifícios, mesmo quando ficou só no terreno da luta, por terem adoecido todos os seus colegas. Pode dizer-se



nessa batalha ganhou as esporas de ouro de grande médico o Dr. Francisco Torres.

Logo depois de concluído o curso, - em 1919, como disse-, fez parte do corpo médico do Hospital de Barcelos, do qual foi nomeado Director Clínico em 1940, sucedendo nesse cargo ao Dr. Miguel da Fonseca. Desempenhou tais funções até 1967. Quer isto dizer muito simplesmente, que, o Dr. Francisco Torres prestou a este estabelecimento hospitalar 48 anos de serviços ininterruptos, o que abona eloquentemente a sua dedicação e o seu zelo profissionais.

Outra prova desse zelo e dedicação está no facto de ser médico da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Barcelos desde a sua formatura, portanto há mais de meio século.

Não me compete de forma alguma manifestar-me sobre o mérito científico dos dois homenageados hoje. Nem isso era possível. Mas se me é lícito interpretar, como barcelense, o sentir e o pensar da gente da minha, da nossa Terra, acho que esta homenagem aos Doutores Miguel Fonseca e Francisco Torres é perfeitamente justa, e, por ela, pela ideia dela, merecem calorosas felicitações os seus promotores, isto é, a Mesa Administrativa desta Santa Casa.

Minhas Senhores e meus Senhores:

Foi em 1504, representado solenemente na igreja das Caldas, perante a Rainha Dona Leonor, um pequeno auto "sobre a caridade - como se diz na rubrica - que o bem-aventurado S. Martinho fez ao Pobre, quando partiu a capa". Escreveu-o o genial Gil Vicente em língua castelhana. Os formosos e sentidos versos hendecassílabos muito deviam ter agradado à caridosa Rainha, que fez da sua vida e dos seus haveres, o que S. Martinho fez da sua capa: repartiu-os generosissimamente pelos pobres e necessitados deste mísero Mundo. A atitude do Santo foi, pode dizer-se, a atitude de Dona Leonor em sua vida, dando a todos os humanos um exemplo admirável e apontando-lhes o alto dever da fraternidade e da caridade. De certo modo e em certa medida, é a atitude dos que nesta Santa Casa - benfeitores, beneméritos, provedores, mesários, médicos, enfermeiros, auxiliares - se consagraram e ainda consagram à sua sublime Obra de Bem-Fazer.

Tenho dito.

Porto, Março de 1973.

MIRANDA DE ANDRADE









biblioteca  
municipal  
barcelos



37199

A acção assistencial da Rainha  
Dona Leonor e o Hos